



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso Público

**Aluguer e instalação de contentores habitacionais na Rua de Lagielas,
em Vila Nova da Telha, e na Travessa de Anta, em Gemunde**

2025_CP04



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt

** chamada para a rede fixa nacional*

ÍNDICE

Artigo 1.º Identificação do Procedimento.....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Órgão Competente para a Decisão de Contratar.....	4
Artigo 4.º Fundamento da Escolha do Procedimento	4
Artigo 5.º Peças do Procedimento	4
Artigo 6.º Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento	5
Artigo 7.º Júri do Procedimento	5
Artigo 8.º Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento.....	6
Artigo 9.º Concorrentes e Agrupamentos.....	7
Artigo 10.º Modo e Prazo de Apresentação de Propostas.....	7
Artigo 11.º Conteúdo e Documentos que Integram a Proposta.....	7
Artigo 12.º Requisitos da Proposta e Respetivos Documentos - Agrupamentos	9
Artigo 13.º Propostas Variantes.....	10
Artigo 14.º Obrigação da Manutenção da Proposta	10
Artigo 15.º Alteração e/ou Retirada da Proposta	10
Artigo 16.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas	10
Artigo 17.º Esclarecimentos sobre Documentos que Integram as Propostas	11
Artigo 18.º Análise das Propostas	11
Artigo 19.º Avaliação das Propostas	12
Artigo 20.º Critério de Adjudicação	12
Artigo 21.º Relatório Preliminar.....	12
Artigo 22.º Audiência Prévia	13
Artigo 23.º Relatório Final.....	13
Artigo 24.º Causas de Não Adjudicação.....	13
Artigo 25.º Escolha do Adjudicatário.....	13
Artigo 26.º Notificação da Decisão de Adjudicação	14
Artigo 27.º Documentos de Habilitação	14
Artigo 28.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	15
Artigo 29.º Falsidade de Documentos e Declarações.....	15
Artigo 30.º Prestação de Caução	15



Artigo 31.º Modos de prestação de caução	16
Artigo 32.º Não prestação de caução.....	17
Artigo 33.º Documentos de Habilitação e Caução por Agrupamentos	17
Artigo 34.º Minuta do Contrato	18
Artigo 35.º Celebração do Contrato	18
Artigo 36.º Não Outorga do Contrato.....	18
Artigo 37.º Despesas e Encargos do Concorrente	19
Artigo 38.º Legislação Aplicável	19
ANEXO I Declaração de Habilitação	20
ANEXO II Modelo de Proposta	21
ANEXO III Modelo de guia de depósito	22
ANEXO IV Modelo de garantia bancária.....	23
ANEXO V Modelo de seguro-caução	24
ANEXO VI Modelo de Avaliação das Propostas.....	25

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

1. O presente procedimento pré-contratual tem por objeto principal o **aluguer e instalação de contentores habitacionais** na Rua de Lagielas, em Vila Nova da Telha, e na Travessa de Anta, em Gemunde, bem como o transporte, montagem, assistência técnica e desmontagem, incluindo a instalação de elementos complementares, nomeadamente telheiros de proteção e vedações.
2. Nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos a adjudicação do presente procedimento, será distribuída pelos lotes seguintes:
 - a) Lote 1 – Aluguer e instalação de contentores habitacionais na Rua de Lagielas, em Vila Nova da Telha;
 - b) Lote 2 – Aluguer e instalação de contentores habitacionais na Travessa de Anta, em Gemunde.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., (doravante designada Espaço Municipal) com sede na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, 181, 4470-157 Maia.

Artigo 3.º

Órgão Competente para a Decisão de Contratar

A decisão de contratar e respetiva autorização de despesa relativa ao presente procedimento foi tomada pelo Conselho de Administração, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP).

Artigo 4.º

Fundamento da Escolha do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual é realizado ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5.º

Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são as seguintes:

- a) Programa do Procedimento e Anexo I (Modelo de Declaração), Anexo II (Modelo de Proposta), Anexos III, IV e V (Modelos Caução) e Anexo VI (Modelo de Avaliação das Propostas);
 - b) Caderno de Encargos e Anexos.
2. O procedimento integrará ainda, se for caso disso, os esclarecimentos e as retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa do Procedimento.

Artigo 6.º

Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento

O processo será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, onde será possível fazer a consulta e o download das peças do concurso, bem como apresentar a proposta.

Artigo 7.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento será conduzido por um Júri, composto por três membros efetivos e dois suplentes, ao qual compete prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais e proceder à avaliação, classificação e graduação das propostas.
2. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos.
3. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
4. O órgão competente poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
5. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.
6. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeito de análise e de avaliação das mesmas.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelos Concorrentes, que deve ser carregada na plataforma eletrónica prevista no Artigo 6.º.
3. A apresentação da lista na qual se identifique expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelos Concorrentes devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 50.º do CCP.
4. No caso de os Concorrentes identificarem esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como erros e omissões das mesmas, em prazo posterior ao fixado nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo e que fossem possíveis de identificar dentro desse prazo, serão responsáveis, em metade, pelo pagamento dos trabalhos complementares necessários ao suprimento da falta de pedido dos esclarecimentos necessários e dos erros e omissões.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar:
 - a) Presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos Concorrentes, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica utilizada para a condução do procedimento, e ficarão disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante.

Artigo 9.º

Concorrentes e Agrupamentos

1. É concorrente a entidade que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Espaço Municipal, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária

Artigo 10.º

Modo e Prazo de Apresentação de Propostas

1. Nos termos do artigo 62º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a **apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham**, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, **até às 17h00 do 30.º dia**, contado da data do envio do anúncio.
2. A proposta considera-se entregue quando o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que a integram, após o carregamento da mesma na plataforma eletrónica, em que o concorrente efetiva a assinatura eletrónica da mesma.
3. A receção da proposta será registada, anotando-se a data e a hora em que são recebidas, e culmina com a entrega ao concorrente de um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 11.º

Conteúdo e Documentos que Integram a Proposta

1. A proposta deve incluir os seguintes elementos documentais, cuja apresentação é obrigatória:
 - a) **Certidão do Registo Comercial** atualizada;

- b) **Documento Europeu Único de Contratação Pública** (DEUCP), que poderá ser obtido através do link <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, com o preenchimento das partes I, II e III, assinado por quem tenha poderes de representação, devendo juntar documento comprovativo do poder de representação;
 - c) **Proposta para a execução do contrato**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao presente Programa do Procedimento, com a indicação do preço global, identificação do(s) lote(s) a que pretende concorrer e do gestor do contrato e respetivos contactos;
 - d) **Memória descritiva**, considerando os aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência, previstos no **ANEXO VI** para o fator valia técnica, sendo valorizada a inclusão das seguintes informações:
 - i) Cronograma dos prazos para instalação dos módulos e para recolha dos mesmos (em dias);
 - ii) Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato;
 - iii) Apresentação de uma lista de meios técnicos a utilizar para a execução do contrato, para além do definido no Caderno de Encargos;
 - iv) Desenhos técnicos dos contentores;
 - v) Fotografias dos contentores (exterior e interior por divisão);
 - vi) Descrição das componentes de segurança e saúde no trabalho que garantam a proteção dos elementos a afetar à execução do contrato;
 - vii) Descrição do seguro ou plano de proteção dos equipamentos, designadamente termos, condições e franquias;
 - viii) Medidas previstas para minimizar os impactos dos trabalhos no ambiente.
 - e) **Preenchimento da Lista de Artigos**, com os preços parciais e constante na plataforma acinGov;
 - f) No caso de recurso a subcontratação, deve(m) ser identificado(s) o(s) subcontratado(s) com identificação da(s) tarefa(s) a executar, apresentando declaração de compromisso
2. O concorrente que pretenda apresentar proposta para ambos os lotes deverá apresentar uma memória descritiva autónoma e específica para cada lote, devidamente identificada, sob pena de exclusão.
3. Os preços apresentados não poderão dispor de mais de 2 (duas) casas decimais.

4. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e apresentados em formato PDF.
5. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável quanto às causas de exclusão das propostas, constitui fundamento de exclusão imediata a não apresentação dos elementos constantes das alíneas d) a f) do n.º 1 do presente Artigo.
6. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. A proposta deverá ser assinada com assinatura digital qualificada pelo Concorrente ou por Representante com poderes para o obrigar, em cada um dos documentos previstos no número 1 da presente cláusula.
9. Sempre que as concorrentes apresentem preços distintos, nomeadamente os indicados na plataforma AcinGov e em qualquer outro documento, prevalecerão os preços indicados diretamente na lista preenchida na plataforma AcinGov, salvo preços omissos.

Artigo 12.º

Requisitos da Proposta e Respetivos Documentos - Agrupamentos

1. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos identificados no Artigo 11.º do presente Programa do Procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
2. Cada membro deve apresentar os seguintes documentos em separado:
 - a) Certidão Permanente;
 - b) DEUCP;
3. No que respeita à apresentação do **ANEXO II** o agrupamento deve proceder à repartição do preço contratual global em função da proporção da prestação que

cada um dos seus membros se compromete a executar, bem como à expressa repartição dos serviços/trabalhos a prestar por cada um.

Artigo 13.º **Propostas Variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 14.º **Obrigação da Manutenção da Proposta**

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 15.º **Alteração e/ou Retirada da Proposta**

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os concorrentes podem retirar as propostas que tenham apresentado, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 16.º **Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas**

1. Os serviços competentes, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procedem à publicitação da lista dos Concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos Concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, os serviços competentes fixam-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 17.º

Esclarecimentos sobre Documentos que Integram as Propostas

1. Poderão ser pedidos ao proponente quaisquer esclarecimentos sobre a sua proposta que considere necessários para efeito da análise e da mesma.
2. Se existirem fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá ser solicitado ao proponente (ou ao seu representante legal, se aplicável) que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo.
3. Nos casos referidos nos números anteriores, os esclarecimentos e os documentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de cinco dias.
4. Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes e os documentos referidos no n.º 2 fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
5. Os esclarecimentos e os documentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os Concorrentes ser notificados desse facto.

Artigo 18.º

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas, classificadas e graduadas de acordo com critério de adjudicação melhor especificado no Artigo seguinte.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele, alguma das causas de exclusão legalmente previstas ou que violem o Artigo 11.º, n.º 2 e n.º 5 do presente Programa do Procedimento.

Artigo 19.º

Avaliação das Propostas

As propostas validamente apresentadas e que não devam ser excluídas serão avaliadas, classificadas e graduadas das propostas, com base no critério definido no Artigo seguinte.

Artigo 20.º

Critério de Adjudicação

1. Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada segundo a aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:
 - a) Preço (80%);
 - b) Valia técnica da proposta (20%).
2. A avaliação e ponderação dos subfatores será realizada nos termos do modelo de avaliação das propostas constante do ANEXO VI.
3. No caso de empate entre propostas, será ordenada em primeiro lugar a que tiver o preço mais baixo para o aluguer do Contentor Tipo A, e se ainda assim se mantiver o empate seguir-se-á nos mesmos moldes pelo preço mais baixo para o aluguer do Contentor Tipo B e por último para o aluguer do Contentor Tipo C.
4. Caso o empate se mantenha, será realizado um sorteio antes da elaboração do relatório preliminar, com uma comunicação prévia de 5 (cinco) dias úteis.
5. O critério de adjudicação não é diferenciado por lote.

Artigo 21.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, será elaborado um relatório preliminar, no qual é proposta a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar deverá também ser proposta, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º ambos do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Artigo 22.º
Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, este será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo de 3 (três) dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 23.º
Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, será elaborado um relatório final fundamentado, no qual serão ponderadas as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo-se ou modificando-se o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda ser proposta a exclusão de qualquer proposta se se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, terá lugar nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 24.º
Causas de Não Adjudicação

Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento quando esteja assegurada uma das causas previstas no Artigo 79.º do CCP.

Artigo 25.º
Escolha do Adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação.

Artigo 26.º

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos Concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a minuta do contrato e, simultaneamente, notifica-o para no prazo máximo de 5 (cinco) dias apresentar os documentos de habilitação solicitados no ponto seguinte.

Artigo 27.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação seguintes:
 - a) **Declaração de Habilitação**, emitida conforme modelo constante do 0 ao presente Programa do Procedimento, assinada eletronicamente;
 - b) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP**, nomeadamente, certidões de registo criminal do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças;
 - c) **Registo Central do Beneficiário Efectivo (RCBE)** da entidade. O referido documento deve encontrar-se válido, com a devida confirmação da exatidão, suficiência e atualidade da informação, que poderá ser comprovada pela apresentação da última Informação Empresarial Simplificada (IES);
 - d) **Inscrição na Direção de Energia e Geologia**, para assegurar a conformidade com as normas técnicas e de segurança elétrica das ligações elétricas.
2. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa e ser apresentados através da plataforma eletrónica referida no presente Programa do Procedimento.

3. Será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias, a contar da notificação para o efeito, para que o Adjudicatário proceda à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Artigo 86.º do CCP.

Artigo 28.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, as entidades adjudicatárias não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa do Procedimento.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável às entidades adjudicatárias, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 29.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 1 do Artigo 28.º.

Artigo 30.º

Prestação de Caução

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, de

acordo com o disposto no artigo seguinte e com o que sobre esta matéria se encontre estabelecido no caderno de encargos.

2. As cauções prestadas pelo adjudicatário podem ser executadas pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:
 - a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
 - b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
 - c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

Artigo 31.º

Modos de prestação de caução

1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
2. A caução é prestada mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, de acordo com os modelos juntos como Anexos III, IV e V ao presente programa.
3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o pagamento imediato e à primeira solicitação da entidade adjudicante de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

6. Das condições da garantia bancária não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 32.º

Não prestação de caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 33.º

Documentos de Habilitação e Caução por Agrupamentos

1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1 do Artigo 27.º do presente programa, devem ser apresentados por todos os seus membros.
2. No caso de se tratar de um procedimento de formação de um contrato de empreitada ou de concessão de obras públicas, todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem ser titulares de alvará ou certificado emitido pelo IMPIC, I. P., devendo a empresa de construção responsável pela obra ser detentora de habilitação contendo subcategoria em classe que cubra o valor global daquela, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.
3. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 4 do artigo 3.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
4. Cada membro do agrupamento deve prestar caução no valor correspondente a 5% da parte do preço contratual que lhe cabe executar.

Artigo 34.º
Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada para aceitação do Adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação e considerar-se-á aceite por este quando haja aceitação expressa ou, quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data de receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 35.º
Celebração do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao prestador de serviços, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o prestador de serviços não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

Artigo 36.º
Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.
2. A adjudicação caduca ainda no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no Artigo 9.º do presente Programa do Procedimento.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o adjudicatário perde a favor da Entidade Adjudicante a caução prestada, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
4. Se, por facto que lhe seja imputável, a Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no artigo anterior, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, devendo aquela liberar a caução que este haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que

comprovadamente incorreu com a elaboração da respetiva proposta e com a prestação da caução.

5. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.
6. São da responsabilidade dos adjudicatários as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

Artigo 37.º

Despesas e Encargos do Concorrente

Constituem encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Artigo 38.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua redação atual e demais legislação aplicável.



ANEXO I

Declaração de Habilitação

1. ... ⁽¹⁾, portador do ... ⁽²⁾ com o número ... ⁽³⁾ e morada em ... ⁽⁴⁾, na qualidade de representante legal de ... ⁽⁵⁾, número de identificação fiscal ... ⁽⁶⁾, com sede em ... ⁽⁷⁾ (no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatária no procedimento com a referência 2025_CP04, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..., ⁽⁸⁾

... ⁽⁹⁾

¹ Nome do signatário;

² Tipo de documento de identificação do signatário;

³ Número do documento de identificação do signatário;

⁴ Domicílio profissional do signatário;

⁵ Nome da empresa concorrente;

⁶ Número de identificação pessoa coletiva;

⁷ Morada da empresa concorrente;

⁸ Indicação do local e data;

⁹ Assinatura digital qualificada.

ANEXO II
Modelo de Proposta

...¹, portador do ...² com o número ...³ e morada em ...⁴, na qualidade de representante legal da ...⁵, com número de identificação fiscal ...⁶ e com sede sita na ...⁷, depois de ter tomado conhecimento do procedimento para o aluguer e instalação de contentores habitacionais na ----- lote(s) -----, com a referência 2025_CP04, declara que a sua representada se obriga a executar o objeto contratual em conformidade com o caderno de encargos, mais declara que:

- a) Compromete-se a executar o objeto do presente procedimento pelo montante total de € ---.---,-- (----- euros)⁽⁸⁾, valor que acresce o IVA, distribuído de acordo com os valores unitários/parciais preenchidos na plataforma acinGov.
- b) Designa como gestor do contrato
 - i. Nome completo:
 - ii. Contacto móvel:
 - iii. Endereço de correio eletrónico:

¹ Nome do signatário;

² Tipo de documento de identificação do signatário;

³ Número do documento de identificação do signatário;

⁴ Domicílio profissional do signatário;

⁵ Nome da empresa concorrente;

⁶ Número de identificação pessoa coletiva;

⁷ Morada da empresa concorrente;

⁸ Valor total da proposta por algarismos e por extenso;



ANEXO III
Modelo de guia de depósito

€...,...

Vai ... residente (ou com sede,) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de (por extenso) ... (em dinheiro ou representada por) ..., como caução exigida para o "-----" para os efeitos do nº 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data:

Assinatura:

ANEXO IV
Modelo de garantia bancária

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ... (Entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto o "-----", regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (dono da obra) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data:

Assinatura:



ANEXO V
Modelo de seguro-caução

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ... (Entidade adjudicante) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a (Entidade adjudicante) vai outorgar e que tem por objeto o "-----", regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da ... (Entidade adjudicante) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ... (Entidade adjudicante) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Data:

Assinatura:

ANEXO VI

Modelo de Avaliação das Propostas

1. Critério de Adjudicação

Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada segundo a aplicação do critério da **proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade multifator**, considerando os seguintes fatores e valorizações:

- a) Fator Preço (P) – 80%;
- b) Fator Valia Técnica (VT) – 20 %

A classificação final de cada concorrente (CF) será obtida pela seguinte fórmula:

$$CF = (P \times 0,80 + VT \times 0,20)$$

2. Avaliação do Fator Preço (P) – 80%

A avaliação do fator preço terá em consideração que, em condições de normal funcionamento do mercado e da lógica económica inerente ao mesmo, o melhor preço é aquele que seja economicamente mais vantajoso, por ser mais baixo.

$$\text{Se } P_{pa} < P_{vi}: P = 10 - (P_{vi} - P_{pa}) \times (100 - 100) / P_{vi}$$

$$\text{Se } P_{pa} \geq P_{vi}: P = 10 \times (P_{pb} - P_{pa}) / (P_{pb} - P_{vi})$$

Em que:

- P_{pa} – Preço da Proposta apresentada;
- P_{vi} – Preço de viabilidade e boa execução do contrato (80% do Preço Base);
- P_{pb} – Preço base.

3. Avaliação do Fator Valia Técnica (VT) – 20%

Para efeitos de avaliação das propostas neste fator será considerado todo o conteúdo das propostas apresentadas, na perspetiva de verificar se apresentam os meios, métodos, recursos e condições, adequados e idóneos e as mais valias que a proponente apresenta, para assegurar os melhores níveis de cumprimento e de qualidade da execução do contrato. As propostas devem seguir os critérios previstos no quadro seguinte:



Atributos	Pontuação
<p>Memória descritiva muito bem estruturada e organizada com índice e de acordo com os pontos subsequentes, dentro de um único documento. Descreve de forma completa a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto. Inclui de forma detalhada e exaustiva:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ <u>Cronograma dos prazos para instalação dos módulos e para recolha dos mesmos (em dias);</u>▪ <u>Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato;</u>▪ <u>Apresentação de uma lista de meios técnicos a utilizar para a execução do contrato, para além do definido no Caderno de Encargos;</u>▪ <u>Desenhos técnicos dos contentores – podem ser apresentados em documento avulso;</u>▪ <u>Fotografias dos contentores (exterior e interior por divisão);</u>▪ <u>Descrição das componentes de segurança e saúde no trabalho que garantam a proteção dos elementos a afetar à execução do contrato;</u>▪ <u>Descrição do seguro ou plano de proteção dos equipamentos, designadamente termos, condições e franquias;</u>▪ <u>Medidas previstas para minimizar os impactos dos trabalhos no ambiente.</u>	100 pontos
<p>Proposta bem estruturada, organizada e detalhada. Descreve a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto. Inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ <u>Cronograma dos prazos para instalação dos módulos e para recolha dos mesmos (em dias);</u>▪ <u>Descrição dos procedimentos a implementar para garantir a pontual e boa execução do contrato;</u>▪ <u>Apresentação de uma lista de meios técnicos a utilizar para a execução do contrato, para além do definido no Caderno de Encargos;</u>▪ <u>Desenhos técnicos dos contentores;</u>▪ <u>Fotografias dos contentores (exterior e interior por divisão);</u>	75 pontos



Atributos	Pontuação
<ul style="list-style-type: none">▪ <u>Descrição das componentes de segurança e saúde no trabalho que garantam a proteção dos elementos a afetar à execução do contrato;</u>▪ <u>Descrição do seguro ou plano de proteção dos equipamentos, designadamente termos, condições e franquias.</u>	
Proposta descreve a execução dos aspetos de execução do contrato, designadamente de todas as prestações incluídas no seu objeto, focando aspetos de carater geral e referindo alguns meios humanos e materiais a empregar. Planificação não detalhada dos procedimentos a implementar para execução do contrato.	35 pontos
A proposta reproduz os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos e desenvolve de forma sumária alguns desses aspetos.	10 pontos
A proposta limita-se a reproduzir os aspetos de execução do contrato previstos no caderno de encargos.	0 pontos